

Sarney está preocupado. E vai se queixar ao povo.

Convencido de que não conseguirá mesmo sensibilizar pelo menos 280 constituintes que o ajudam a brigar, no segundo turno, pela supressão do que considera "nocivo", o presidente Sarney decidiu ir à tevê para comunicar que o País ficará "ingovernável", caso a nova Carta seja promulgada sem alterações. Será nesta sexta-feira — e ele promete "usar tudo o que for possível e o que estiver a seu alcance para que a sociedade saiba o que está sendo concluído no Congresso", adiantou ontem o porta-voz do Planalto. Sarney está preocupado. Ontem, durante uma avaliação econômica em que reuniu nove ministros e as lideranças do governo, ele ficou sabendo quanto custarão aos cofres públicos as inovações embutidas no primeiro turno: Cz\$ 1,1 trilhão.

Esse montante, porém, poderá dobrar, segundo as contas do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, que lembrou não estarem incluídos nesses números os benefícios na área da Previdência, com pagamentos de milhões de novas aposentadorias. "Isto é apenas a ponta do iceberg", avisou Sant'Anna. Diante das cifras, Sarney orientou os líderes do governo para que concentrem seus esforços na supressão dos artigos que tratam da anistia aos microempresários e produtores rurais, cujo rombo deve ficar em Cz\$ 776 bilhões, conforme a avaliação feita pelo ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes.

Sarney teme que esse buraco a ser coberto pelos cofres da União inviabilize algumas obras de sua administração — como a Ferrovia Norte-Sul. De fato, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, acentuou que as perdas orçamentárias do governo serão da ordem de 21% em cinco anos — 17% só em 1989, ano em que se concentram as principais perdas de orçamento. Genericamente, Abreu demonstrou que o orçamento se ressentiria da transferência de dois bilhões de dólares do Finsocial, antes aplicados em diversos programas, para a Previdência.

"A Constituição é explícita quando fala em despesas, mas é difusa ao dizer como pagar", constatou Abreu — o que provocou um irônico comentário do consultor-geral da República, Saulo Ramos: "Nesse aspecto, a Constituição



Foto: Profissão Nêne

Sarney: assustado com o rombo.

usa uma linguagem napoleônica — curta e obscura". Abreu mencionou uma lista interminável de prováveis despesas que não podem ser quantificadas — entre elas os encargos com a criação do Estado de Tocantins, isenção do Imposto de Renda para aposentados, licença paternidade e os inúmeros "trens da alegria" incluídos nos artigos 21 a 26 das Disposições Transitórias.

Dissolução?

Os números, portanto, não estão completos. Mas Sarney deverá receber a cifra final do rombo até sexta-feira, antes de ir à tevê: os ministros prometeram um levantamento quantitativo e qualitativo da Constituição. "Isso é necessário para que se tenha noção do que se está inovando e quem vai pagar a conta", ponderou Sant'Anna. Se não conseguir uma fórmula que equilibre despesas e re-

3 de setembro: a provável data da nova Carta.

Que a nova Carta será promulgada entre agosto e setembro é unanimidade entre os constituintes. Difícil, porém, está sendo estabelecer o dia exato. O relator Bernardo Cabral prefere 11 de agosto, para coincidir com a instalação dos cursos jurídicos no País. Ulysses Guimarães quer evitar o dia 7 de setembro, alegando não ser recomendável coincidir a solenidade com uma data nacional. Nem 7 de setembro, nem 11 de agosto: os funcionários da Constituinte acham que 3 de setembro é a data mais viável — sugestão do relator adjunto Adolfo de Oliveira, que sugere a coincidência com o centenário de nascimento de Nereu Ramos.

ceita — e ainda preserve as obras previstas pelo governo — as lideranças prometeram tomar a iniciativa de negociar a alteração do prazo para revisão da Constituição. O projeto prevê cinco anos — um tempo muito longo, segundo Sant'Anna: "O que está em jogo não é apenas o orçamento da administração Sarney, mas a governabilidade dos futuros presidentes".

Em meio à discussão, o líder do PFL, deputado José Lourenço, teve mais uma de suas idéias. Olhando o quadro de dom Pedro, no gabinete presidencial, sugeriu que fosse seguido o exemplo do imperador, que dissolveu a primeira Assembléia, em 1823, e mandou prender todos os constituintes. Antes que tal sugestão ganhasse adeptos, o porta-voz do Planalto foi encarregado de explicar que "isso não expressa o pensamento do governo". "O deputado está falando em seu nome próprio", disse. "Até porque o País vive num clima de tamanha estabilidade que não passa pela cabeça de ninguém que a dissolução da Constituinte possa acontecer."

Para ajudar o governo a derubar algumas emendas aprovadas no primeiro turno, os empresários vão se aproximando dos constituintes. Hoje, 400 empresários vão se reunir na sede da Confederação Nacional da Indústria, em Brasília, para discutir formas de convencer os constituintes para derrotar, no segundo turno, a liberdade de greve, a jornada de seis horas e a licença paternidade. Os empresários todos concordam com a modificação desses itens, mas há divergências nas matérias em que se chocam interesses de empresas nacionais e estrangeiras.

O senador Albano Franco, presidente da CNI, também está fazendo suas tentativas para derubar a jornada de seis horas e o direito irrestrito à greve. Nesta segunda-feira, ele terá um encontro com o líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva, a quem dirá sobre sua preocupação com algumas empresas que não conseguirão pagar os salários para os trabalhadores em regime de seis horas. "É preciso que os constituintes entendam que os casos devem ser estudados isoladamente", diz Albano, que propõe a remessa do tema para a legislação ordinária.